

# Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social



Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social



Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Regulamentação contábil e sua imprescindibilidade no cotidiano social

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Clayton Robson Moreira da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R344 Regulamentação contábil e sua imprescindibilidade no cotidiano social / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-895-3

DOI 10.22533/at.ed.953211703

1. Contabilidade. 2. Ciências sociais. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 657

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A obra “Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de cinco capítulos que abordam a contabilidade sob diferentes perspectivas. A contabilidade vem ganhando cada vez mais representatividade no campo organizacional, emergindo como uma ciência social aplicada focada na elaboração e divulgação de informações úteis para a tomada de decisão de gestores e diversos outros *stakeholders*.

Desse modo, discutir e compreender os fenômenos que permeiam as ciências contábeis contribuem para o seu avanço e consolidação no campo científico. Nesse contexto, este livro surge como uma fonte de pesquisa e consulta para todos os acadêmicos e profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos sobre a contabilidade, por meio de um arcabouço teórico especializado. A seguir, apresento os capítulos que compõem esta obra, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “A História da Contabilidade enquanto Campo de Estudo e a sua Importância para o Desenvolvimento da Contabilidade” e trata-se de um ensaio teórico com o objetivo de refletir a história da contabilidade enquanto um campo de estudo a ser explorado em prol do desenvolvimento da contabilidade.

O segundo capítulo tem como título “A Regulamentação Contábil e a Testagem dos Métodos na Perícia de Apuração de Haveres como Salvaguarda do Direito ao Patrimônio Social Justo” e buscou demonstrar a imprescindibilidade da regulamentação contábil no cotidiano social.

O terceiro capítulo, intitulado “A Evidenciação das Práticas Ambientais em Empresas de Construção Civil Listadas na B3”, teve como objetivo analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de construção civil listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais.

O quarto capítulo tem como título “Estratégias de Desempenho e Conexões Políticas: evidências empíricas nas empresas brasileiras listadas na B3” e objetivou evidenciar como as conexões políticas entre firma e governo têm influência no desempenho das empresas listadas na B3, no período de 2012 a 2016, considerando o contexto institucional e econômico do Brasil.

O quinto capítulo é intitulado “Estágio Curricular: as contribuições práticas do estágio na percepção de acadêmicos do curso de ciências contábeis” e teve como objetivo investigar a analogia da efetiva prática do estágio nas empresas em relação ao conhecimento adquirido em sala de aula.

Ressalto que as pesquisas aqui apresentadas contribuem para a ampliação do debate acadêmico e conduzem docentes, pesquisadores, estudantes, gestores, consultores e profissionais contábeis à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem

atualmente no âmbito da contabilidade. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE ENQUANTO CAMPO DE ESTUDO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE	
Ronan Pereira Capobiangio	
Jorge Katsumi Niyama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9532117031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
A REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL E A TESTAGEM DOS MÉTODOS NA PERÍCIA DE APURAÇÃO DE HAVERES, COMO SALVAGUARDA DO DIREITO AO PATRIMÔNIO SOCIAL JUSTO	
Iara Sônia Marchioretto	
Kawany de Oliveira Souza	
Mariane Zanette	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9532117032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>38</b>
A EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3	
Aluska Ramos de Lira	
Kamilla Alves Barreto	
José Ricardo Revorêdo da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9532117033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>57</b>
ESTRATÉGIAS DE DESEMPENHO E CONEXÕES POLÍTICAS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3	
Kamilla Alves Barreto	
Aluska Ramos de Lira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9532117034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>73</b>
ESTÁGIO CURRICULAR: AS CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS DO ESTÁGIO NA PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
Kemely Cristine Arruda Andrade	
Eliana Soares Barbosa Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9532117035</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>91</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>92</b>

# CAPÍTULO 3

## A EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS EM EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3

*Data de aceite: 01/03/2021*

*Data de submissão: 08/12/2020*

### **Aluska Ramos de Lira**

Universidade Federal da Paraíba  
Campina Grande- Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/8904409358057477>

### **Kamilla Alves Barreto**

Universidade Federal da Paraíba  
Campina Grande- Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/3022384993897964>

### **José Ricardo Revorêdo da Silva**

Universidade Federal da Paraíba  
Campina Grande- Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/9921098754905723>

**RESUMO:** O objetivo geral deste trabalho foi analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais. Para tanto, foram analisadas através da análise léxica e de conteúdo, as informações disponibilizadas através dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados pelas companhias no sítio eletrônico da B3 no período de 2011 a 2017, além de busca especializada nos endereços eletrônicos das empresas parte da amostra. Utilizou-se como parâmetro para análise do cumprimento pelas empresas às diretrizes ambientais: uso da energia, água e solo, consumo

de matérias-primas, além da disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes. Os achados demonstraram que nenhuma das empresas do setor de construção civil evidenciou em sua totalidade as práticas ambientais, mas que ao longo dos anos houve uma evolução na evidenciação destas informações. Além disso, os parâmetros evidenciados de maneira completa foram mais evidentes para o consumo de materiais e energia. Concluiu-se que essas empresas ainda estão se adaptando e percebendo os benefícios de se investir em políticas sustentáveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade; Diretrizes Ambientais; Construção Civil.

### THE EVIDENCE OF ENVIRONMENTAL PRACTICES IN CIVIL CONSTRUCTION COMPANIES LISTED ON B3

**ABSTRACT:** The general objective of this work was to analyze the evidence of the practices of companies in the Civil Construction sector listed in B3 (Brazil, Bolsa, Balcão) regarding sustainable management with focus on environmental parameters. For this purpose, the information provided through the Sustainability Reports, Reference Forms and Management Reports published by the companies on the B3 website in the period from 2011 to 2017 were analyzed through the lexical and content analysis, as well as specialized search in the electronic addresses of the companies that are part of the sample. The use of energy, water and soil, raw material consumption, waste disposal, atmospheric emissions and effluent discharge were used as parameters to analyze the accomplishment by

companies to the environmental guidelines. The findings showed that none of the companies in the civil construction sector fully evidenced environmental practices, but that over the years there has been an evolution in the disclosure of this information. In addition, the parameters evidenced in full were more evident for the consumption of materials and energy. It was concluded that these companies are still adapting and realizing the benefits of investing in sustainable policies.

**KEYWORDS:** Sustainability; Environmental Guidelines; Civil Construction.

## 1 | INTRODUÇÃO

Grandes mudanças sociais e ambientais foram observadas nas últimas décadas. Nesse sentido, as empresas tiveram que assumir uma nova postura, optando por adotar medidas de precaução quanto aos impactos de suas atividades. O uso de mecanismos que proporcionem a incorporação de práticas que visem à sustentabilidade torna-se de suma importância para o desenvolvimento da organização.

O setor da construção civil, por sua vez, é um dos ramos de maior desenvolvimento no Brasil, configurando-se como um dos que mais provocam impactos no espaço em que se situam de ordem social, econômica e principalmente ambiental, sobretudo por meio da geração de resíduos e extração e consumo de recursos naturais (GRAÇAS ROTH; GARCIAS, 2009). Conseqüentemente, as práticas que denigram menos o meio ambiente se acentuaram e tais entidades tiveram que se adaptar e elaborar estratégias de gestão sustentável, em detrimento das exigências por um desempenho ambiental satisfatório vindo de partes interessadas, incluindo entidades governamentais, clientes, investidores, funcionários, comunidades locais, dentre outros.

Em face disso, a divulgação de informações que atestem suas práticas sustentáveis é de fundamental relevância para o monitoramento e medição dos impactos causados pelas obras da construção civil no meio ambiente onde estão inseridas. Além disso, a exposição dessas informações servem para a melhoria contínua dos procedimentos implementados. Portanto, esta pesquisa parte do pressuposto de que nos últimos anos as práticas de sustentabilidade com foco na dimensão ambiental têm aumentado por parte das empresas do setor econômico de maior impacto e consumo dos recursos naturais, como o ramo da construção civil.

Assim sendo, é importante analisar sua interação com o meio ambiente de forma a buscar um novo modelo de gestão sustentável mais eficaz. É relevante obter conhecimento a respeito das metodologias sustentáveis praticadas pelos empreendimentos da construção civil, além de conhecer a postura das entidades quanto as ações que visam a preservação do meio ambiente, através da divulgação das informações por parte das mesmas.

Nesse contexto, a partir da amplitude da discussão gerada a respeito das conseqüências e impactos causados pelas ações ambientais associadas às práticas sustentáveis por parte das construtoras, tem-se a questão norteadora deste estudo: Qual o

nível de evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto as práticas de gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais? Dessa forma, o objetivo do estudo é analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais.

Para tanto, foi realizada análise qualitativa das informações disponibilizadas pelas entidades por meio dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados no sítio eletrônico da B3 no período de 2011 a 2017, além de busca especializada nos sítios eletrônicos das empresas parte da amostra. Utilizou-se como parâmetro para análise do cumprimento pelas empresas às diretrizes ambientais definidas por Borba (2009), os quais elencam os seguintes pontos: uso da energia, água e solo, consumo de matérias-primas, além da disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Desenvolvimento sustentável e engenharia civil**

A sustentabilidade é um termo utilizado para definir o conjunto de ações sociais, econômicas e ambientais que convergem ao mesmo objetivo de preservação e utilização de recursos naturais de forma inteligente. O desenvolvimento sustentável deve atender as gerações presentes sem afetar as gerações futuras (BRUNDTLAND *et al.*, 1987). Logo, sendo este tido como a ampliação da qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas onde vivem (MIKHAILOVA, 2004).

A ideia de sustentabilidade surgiu como resposta aos significativos impactos socioambientais causados pela crescente evolução do ciclo da vida humana. A engenharia civil tem papel difusor nesse cenário, tendo em vista a grande quantidade de construções nas últimas décadas e o número exacerbado de materiais não renováveis utilizados (MARINHO *et al.*, 2014). Em relação aos impactos ambientais, além da utilização da energia, água e área, são gerados resíduos sólidos, tanto no processo de construção quanto na demolição. Ainda conforme Sousa, Ferreira e Ferreira (2015), esses resíduos normalmente são descartados de forma inadequada, provocando impactos negativos no meio ambiente.

Fica evidente a importância da adoção do conceito de sustentabilidade para preservação de recursos naturais, principalmente para o setor da construção civil. Os impactos causados por este setor podem ser minimizados de forma significativa através da aplicação de critérios construtivos operacionais constantes nos sistemas de análise de sustentabilidade por parte das entidades, os quais orientam, mensuram, classificam e os

certificam (BORBA, 2009).

É nesse contexto que as construtoras devem estar submetidas a legislações e normas técnicas, uma vez que o ramo da Construção Civil configura-se como uma das atividades que mais modificam o meio ambiente em que se situa, principalmente, no que tange a gestão de resíduos. No Brasil, por exemplo, o Decreto Federal 18 nº 99.274, de 06 de junho de 1990, remodelou a Política Nacional do Meio Ambiente, instituindo a obrigatoriedade de licenciamento ambiental.

Ainda em relação às leis e políticas públicas aplicadas a preservação do meio ambiente, têm-se Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002, que aborda a gestão dos resíduos; a Lei Federal nº 9605/98 referente aos crimes ambientais; a Lei de Recursos Hídricos nº 9.433 de 8 de Janeiro de 1997, a qual define a água como recurso natural limitado; a Lei do Parcelamento do Solo Urbano nº 6.766 de 19 de Dezembro de 1979, estabelecendo as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológicas; dentre outros.

Em conjunto com as leis e políticas públicas, existem as normas técnicas, que caracterizam-se como uma das ferramentas essenciais para o desenvolvimento do pensar sustentável por parte das organizações geradoras e causadoras de impactos ao meio ambiente. Quanto a estas normas, cita-se a NBR 15.112: 2004, que versa acerca das diretrizes para projeto, implantação e operação quanto à triagem de resíduos.

Ademais, há diversos outros instrumentos que têm por finalidade a orientação e mensuração das práticas ambientais nas empresas. Dentre eles estão o PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat) e os certificados ambientais, que garantem e comprovam o cumprimento de pré-requisitos conferido as organizações com a finalidade de garantir o menor impacto ambiental.

## **2.2 Práticas sustentáveis na construção civil**

A construção sustentável enfatiza que os princípios do desenvolvimento sustentável são aplicados ao ciclo de vida dos empreendimentos que fazem parte do ambiente construído (PRIORI JR; SILVA, 2010). Surge, então, a necessidade de novos conceitos sustentáveis aplicados à construção civil, desde a etapa de planejamento e projeção, até a construção e sua posterior utilização, priorizando alternativas que sejam viáveis economicamente, promovendo a redução de impactos ambientais, além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida.

O setor é um dos principais responsáveis pelas ações de impacto não apenas ambiental, bem como social e econômico (SPADOTTO *et al.*, 2011). No entanto, configura-se também com grande potencial de mudança do atual cenário contribuindo para a conscientização a respeito dos padrões de consumo e utilização dos recursos naturais. Tais aspectos podem ser melhores observados através da crescente adoção por parte das empresas de práticas sustentáveis constatados por meio, por exemplo, de relatórios de

sustentabilidade baseados em diretrizes sólidas e rígidas exigidas pela *Global Reporting Initiative* [GRI].

No que diz respeito à dimensão ambiental, foco deste estudo, em conformidade com a Tabela 1, os parâmetros ambientais inseridos na Construção Civil relacionam-se, segundo estudo de Borba (2009), ao uso:

- do solo (consequências que o espaço construído provoca nos sistemas naturais não somente pela quantidade de solo ocupado, mas também pela alteração dos processos que a edificação pode ocasionar com a sua presença e com o desenvolvimento de suas próprias atividades);
- da água (controle e redução de seu consumo são exigências indissociáveis da conservação dos sistemas naturais);
- da energia (uso racional da energia consumida e o mapeamento do consumo);
- de matérias-primas (diminuição dos impactos ambientais associados à extração, fabricação e reintegração dos materiais utilizados nos canteiros de obra, reduzindo do desperdício a partir da utilização eficiente de materiais.); e
- disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes (adequada disposição final de resíduos, poluentes e efluentes provenientes da construção civil para a redução de impactos ambientais negativos).

Assim sendo, este trabalho irá utilizar os parâmetros elencados na Tabela 2 para o procedimento de análise de dados.

## 2.3 Estudos correlacionados

Liu *et al.* (2011) coletaram, classificaram e avaliaram as informações divulgadas das empresas siderúrgicas listadas na China, de modo a verificar também o nível de sua divulgação ambiental através de uma pontuação de indicadores. O estudo verificou que as informações relativas a economia de energia, de emissões e poluição, além das informações sobre utilização cíclica, foram as mais proeminentes. Os autores concluem ainda que essas empresas tendem a divulgar apenas as informações ambientais positivas, o que segundo eles, indica que as partes externas interessadas não irão conseguir obter informações reais sobre o nível de gerenciamento ambiental.

Em âmbito nacional, Oliveira, Machado e Beuren (2012) objetivaram identificar o nível de evidenciação de práticas voluntárias de caráter ambiental nas empresas potencialmente poluidoras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), nos anos de 2008 e 2009. O estudo foi embasado na análise de oito categorias e 36 subcategorias ambientais. Os resultados demonstraram que quanto a categoria referente aos resíduos e materiais, nenhuma das empresas atingiu o nível máximo de evidenciação. A respeito da categoria energia, o nível de evidenciação decresceu de um ano para o outro, e ainda, configurou-se como a categoria de menor evidenciação dentre as analisadas.

Calixto (2012) em seu estudo procurou-se examinar de modo comparativo a evidenciação de informações socioambientais disponibilizadas nos relatórios divulgadas pelas companhias latino-americanas no período de 2004 a 2009. A pesquisa apontou que a maioria das entidades da amostra não evidencia em seus relatórios anuais as informações socioambientais, mas que as companhias sediadas no Brasil são as que mais evidenciam tais informações. O autor ainda evidencia que as organizações pouco divulgam informações sobre o consumo de água, energia e/ou projetos voltados para a redução do consumo de recursos naturais.

Pletsch *et al.* (2015) seguindo os estudos que visam verificar o nível de evidenciação de informações ambientais, visou identificar as práticas ambientais das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com base nos anos de 2013 e 2014. Dentre outros resultados, observou-se que quanto a comunicação com partes interessadas, 64,3% das empresas divulgam informações relacionadas ao consumo de energia e/ou uso da água, e emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Por sua vez, Souza et al. (2015), identificaram e analisaram as práticas relativas à gestão de resíduos das empresas do ramo da construção civil listadas na BM&FBOVESPA apresentadas em seus relatórios de sustentabilidade divulgados nos anos de 2012 e 2013. Observou-se que as empresas não divulgam de maneira total as informações a respeito da gestão dos resíduos, demonstrando a falta de compromisso com as práticas sustentáveis voltadas para a gestão de resíduos pelas empresas do setor de construção civil, grandes responsáveis por impactos ambientais.

## **3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Classificação da Pesquisa**

Com o objetivo de analisar a evidenciação por parte das entidades do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto as práticas de gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais, o presente estudo caracteriza-se como descritivo, com análise de conteúdo e análise léxica na busca de evidências e dados disponíveis. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental. A respeito da abordagem do problema, configura-se como uma pesquisa quanti-qualitativa. A perspectiva quantitativa, conforme Richardson (1999), utiliza-se de métricas quantificáveis, seja no que se refere ao procedimento de coleta, seja em seu tratamento através de técnicas estatísticas. Por sua vez, a análise qualitativa implica em uma ênfase nos significados que não são examinados ou medidos experimentalmente em relação à quantidade, volume, intensidade ou frequência (DENZIN; LINCOLN, 2006).

### 3.2 Caracterização da amostra e coleta de dados

Para composição da amostra foram selecionadas todas as empresas brasileiras do setor de Construção Civil negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) no ano base de 2017, chegando-se ao total de 17 companhias, conforme demonstrado na Tabela 1.

Empresas do setor de Construção Civil	
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	JHSF PARTICIPACOES S.A.
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	PDG REALTY S.A. EMPREENDE E PARTICIPAÇÕES
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	ROSSI RESIDENCIAL S.A.
EZ TEC EMPREENDE. E PARTICIPACOES S.A.	TECNISA S.A.
GAFISA S.A.	TRISUL S.A.
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.
INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	

Tabela 1  
Empresas listadas na B3 no setor de Construção Civil em 2017

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Conforme já exposto, a escolha das empresas do setor de construção civil deu-se em virtude deste setor ser considerado um dos principais responsáveis por ações de impacto ambiental (SPADOTTO *et al.*, 2011).

Para verificação da evidencição das informações ambientais, foram analisados os Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados pelas companhias no sítio eletrônico da B3 no período de 2011 a 2017. Além dos documentos supracitados, também foi feita uma busca especializada nos *sites* eletrônicos das empresas parte da amostra. Para levantamento dos dados, procurou-se verificar se as empresas evidenciavam informações a respeito das diretrizes apontadas por Borba (2009) para os seguintes parâmetros ambientais: uso da energia, água e solo, consumo de matérias-primas, além da disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes, expostos na Tabela 2.

Parâmetro	Objetivo	Diretrizes*
Solo	Evitar o consumo de um território novo e recuperar a qualidade ecológica que o terreno tinha antes da construção do edifício, superando-a, inclusive, se o terreno já estava degradado.	a) Localização e extensão dos terrenos em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas; b) Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas; c) Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade.
Água	Reduzir o seu consumo e o impacto do seu uso no ciclo natural da água.	a) Eficiência no consumo – consiste em favorecer a economia de água; b) Captação de recursos – Trata-se de aproveitar as águas que circulam pelo próprio edifício; c) Melhora da qualidade da água ao devolvê-la ao meio.
Energia	Reduzir o consumo de energia no canteiro de obra e no edifício, como produto final.	a) Eficiência Energética – melhora da economia de energia através da eficiência nos fatores determinantes do consumo energético do edifício; b) Aproveitamento das condições locais – Do ponto de vista energético, se beneficiar ao máximo da localidade da edificação para se obter ganhos na economia de energia.
Materiais	Diminuir os impactos ambientais associados à extração, fabricação e reintegração dos materiais utilizados nos canteiros de obra.	a) Eficiência no consumo de materiais – Potencialização da durabilidade, utilização de materiais reciclados, redução da quantidade de material por unidade de serviço; b) Materiais com melhoria ambiental – Utilização de produtos comerciais que preferencialmente diminuam o impacto ambiental durante a extração e fabricação.
Disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes	Reduzir poluição atmosférica causada por emissões de poeira e CO <sub>2</sub> , além da redução e reutilização de resíduos, e diminuição da contaminação dos lençóis freáticos.	a) Emissões totais diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso; b) Descarga total de água, por qualidade e destino; c) Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, assim como as reduções alcançadas; d) Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação; e) Número e volume total de derrames significativos. f) Porcentagem de materiais reciclados por m <sup>3</sup> de resíduo gerado.

Nota. Adaptado de Borba (2009).

\* As diretrizes tratam-se de indicadores que podem nortear a entidade a atingir objetivos mais sustentáveis.

Tabela 2  
Parâmetros ambientais na construção civil

Assim sendo, este trabalho irá utilizar os parâmetros elencados na Tabela 2 para o procedimento de análise de dados.

### 3.3 Procedimento de análise de dados

O presente estudo foi realizado em duas etapas. A primeira etapa deu-se através da

quantificação da evidência ambiental, para isso fez-se uma análise léxica. A segunda etapa consistiu em uma análise de conteúdo.

A análise léxica fundamenta-se em um procedimento de busca de palavras e expressões que possibilitem a interpretação adequada e dinâmica do objeto de investigação linguística, sendo difundida na literatura contábil (Junior & Crisóstomo, 2017; Markezan, Seibert, Bartz, Barbosa, & Alves, 2015, Muslu, Radhakrishnan, Subramanyam, & Lim, 2014). Para a quantificação do *disclosure* ambiental das construtoras da B3 realizou-se inicialmente a busca de palavras e expressões relacionadas diretamente às diretrizes ambientais para as categorias solo, água, energia, consumo de materiais e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes, nos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração, entre os anos de 2011 e 2017. O Quadro 1, a seguir, sintetiza os resultados encontrados:

Parâmetro	Palavras/expressões	Formulário de Referência	Relatório de Administração	Relatório de Sustentabilidade	Total
		Quantidade	Quantidade	Quantidade	
Solo	Área(s) protegida(s)	51	0	12	63
	Floresta(s)	197	19	63	279
	Gestão Ambiental	32	6	16	54
	Impacto(s) ambiental(is)	241	14	93	348
	Licenciamento/licença ambiental	302	1	0	303
	Reflorestamento	9	6	29	44
	Solo(s)	606	8	20	634
Água	Água(s)	589	61	471	1121
	Captação de água	19	0	3	22
	Consumo de água	8	4	71	83
	Economia de água	8	8	10	26
	Reaproveitamento/reuso de água	17	0	50	67
Energia	Consumo de energia	2	2	82	86
	Economia de energia	5	0	6	11
	Energia(s)	475	44	362	881
	Energia(s) Renovável(is) / Sustentável(is)	20	0	2	22
	Energia solar	1	1	22	24
	Eficiência Energética	2	4	21	27
Materiais	Madeira(s)	133	29	94	256
	Entulho(s)	32	9	38	79
	Reciclagem	57	8	89	154
	Concreto(s)	236	11	76	323

<b>Disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes</b>	Derramamento(s)	0	0	8	8
	Disposição/destinação final de resíduo(s)	110	0	9	119
	Efeito estufa	17	20	124	161
	Efluente(s)	15	0	39	54
	Gás(es)	91	27	179	297
	Resíduo(s)	716	23	472	1211
	Contaminação(es)	257	2	18	277

Quadro 1

Palavras e expressões-chave de disclosure ambiental (2011-2017)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Cabe ressaltar que outras palavras e expressões-chave também foram buscadas nos documentos, entretanto, não houveram resultados. Além disso, para evitar a dupla contagem, algumas palavras individuais que também estavam contidas em expressões foram retiradas da contagem das expressões (exemplo: água e captação de água).

Em seguida, quantificou-se o número de palavras e o número de páginas dos referidos documentos necessários para definição do índice de *disclosure* ambiental (IDA) das companhias, em conformidade com as Equações 1 e 2.

$$IDAPL = \frac{\text{Número de palavras/expressões ambientais}}{\text{Número de palavras}} \quad (1)$$

$$IDAPG = \frac{\text{Número de palavras/expressões ambientais}}{\text{Número de páginas}} \quad (2)$$

Onde o IDAPL é o índice de *disclosure* ambiental relativizado pelo número total de palavras, e o IDAPG é o índice de *disclosure* ambiental relativizado pelo número total de páginas.

Por sua vez, a análise de conteúdo, segunda etapa de análise desta pesquisa, consiste segundo Bardin (1979), em um conjunto de procedimentos sistemáticos de comunicação, com o intuito de fornecer a descrição do conteúdo incluso nas mensagens de maneira a efetuar deduções lógicas. Salienta-se que nesta etapa também foram analisados os *sites* das companhias que possuíam uma seção exclusiva para dados referentes às práticas de sustentabilidade.

Sendo assim, as entidades que possuísem todas as informações das diretrizes dos parâmetros (Tabela 2) disponibilizadas nos relatórios supracitados, foram classificadas como evidenciação completa. De modo análogo, as empresas que apresentassem informações de uma ou mais diretrizes relativas aos parâmetros ambientais, seriam classificadas como

evidenciação incompleta. Por fim, em caso de não haver nenhuma informação sobre qualquer diretriz ambiental, a empresa seria dada como sem evidenciação. Portanto, esta classificação permitiu verificar o perfil das empresas do setor de construção civil do Brasil quanto à evidenciação ambiental.

## 4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

De início foi verificada a apresentação e divulgação das informações ambientais por parte das empresas de Construção Civil listadas na B3, evidenciados na Tabela 3. Como citado, procedeu-se a análise dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referências, Relatórios da Administração e endereços eletrônicos das respectivas entidades no período compreendido entre 2011 e 2017. Salienta-se que, para os dados referentes ao *site* das entidades utilizados somente na análise de conteúdo, foram considerados como sendo referente ao ano último ano utilizado na análise desta pesquisa, uma vez que a busca-se especializada deu-se em 2017.

Ano	Formulário de Referência	Relatório de Administração	Relatório de Sustentabilidade	Site
2011	15	17	1	-
2012	14	17	2	-
2013	14	17	2	-
2014	17	16	3	-
2015	15	17	3	-
2016	15	17	3	-
2017	16	17	2	12

Tabela 3  
Divulgação das informações ambientais nos relatórios (2011-2017)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Observou-se que das 17 empresas listadas no setor de Construção Civil na Bolsa de Valores de São Paulo, apenas 3 organizações (para os anos de 2014 a 2016) elaboraram e divulgaram o seu Relatório de Sustentabilidade, dentre elas apenas 1 entidade apresentou tal relatório em todos os anos analisados. As companhias cujas informações ambientais não foram encontradas alegaram apenas estar de acordo com as legislações ambientais brasileiras, não aderindo aos padrões internacionais relativos à proteção ambiental. Assim como nos estudos de Calixto (2012) e Souza *et al.* (2015), poucas empresas disponibilizam informações socioambientais nos seus relatórios.

Segundo o GRI (<http://www.globalreporting.org>, recuperado em 30 de junho, 2017), este relatório tem como objetivo medir, divulgar e prestar contas para os *stakeholders*

internos e externos do desempenho organizacional visando o desenvolvimento sustentável. Portanto, mesmo que seja facultativo, torna-se de suma importância sua divulgação, principalmente por parte de empresas em que suas atividades estão diretamente ligadas ao uso e exploração do meio ambiente.

#### 4.1 Análise léxica dos relatórios

Os resultados evidenciados na Tabela 4 demonstram a estatística descritiva dos índices de *disclosure* ambiental (IDA) tanto relativizado pelo número total de palavras quanto relativizado pelo número total de páginas, segregando estes índices pelos parâmetros ambientais definidos neste estudo, tais quais: solo, água, energia, consumo de materiais e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes.

Número de palavras					
IDA	Solo	Água	Energia	Materiais	Resíduos, gases e efluentes
<b>Média</b>	0,00018	0,00013	0,00010	0,00008	0,00021
<b>Mediana</b>	0,00017	0,00013	0,00011	0,00008	0,00022
<b>Desvio-padrão</b>	0,00002	0,00003	0,00093	0,00000	0,00003
<b>Mínimo</b>	0,00015	0,00009	0,00006	0,00007	0,00018
<b>Máximo</b>	0,00021	0,00016	0,00014	0,00010	0,00026
Número de páginas					
IDA	Solo	Água	Energia	Materiais	Resíduos, gases e efluentes
<b>Média</b>	0,04729	0,03579	0,02840	0,02232	0,05801
<b>Mediana</b>	0,04602	0,03698	0,02849	0,02196	0,05739
<b>Desvio-padrão</b>	0,00491	0,00773	0,00828	0,00282	0,00679
<b>Mínimo</b>	0,04313	0,02503	0,01569	0,01896	0,04731
<b>Máximo</b>	0,05748	0,04449	0,03670	0,02647	0,06716

Tabela 4  
Índice de disclosure ambiental (2011-2017)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Quando observados os indicadores de *disclosure* ambiental relativizado pelas palavras (IDAPL), constata-se que o índice referente parâmetro relacionado aos resíduos, efluentes e emissão de gases foi o de maior média. Este achado converge ao fato deste parâmetro ser altamente regulado, por meio principalmente da Resolução CONAMA nº 307/02, que estabelece critérios e diretrizes que orientam a gestão dos resíduos (reciclagem, reaproveitamento e destinação) pelas entidades do setor de construção civil. Silva *et al.*

(2013), que estudaram as características da evidência ambiental sobre resíduos sólidos nas empresas potencialmente poluidoras da B3, encontraram que os itens de reciclagem dos resíduos sólidos foram evidenciados em nível de excelência (Resolução CONAMA n. 307, 2002).

Em seguida, o maior IDAPL foi índice relativo ao solo, tendo em vista o impacto ao meio ambiente advindos da utilização e ocupação do solo, como a diminuição de áreas verdes de vegetação nativa. Borba (2009) evidenciou que existe uma preocupação por parte dos gerentes das empresas em não deixar passivos ambientais ao realizarem as obras, principalmente no que tange à ocupação do solo. No que se refere aos parâmetros água e energia, as médias dos IDAPL se comportaram variando entre 0,00013 e 0,00010, respectivamente. Em contraponto, Oliveira *et al.*, (2012), que estudaram o nível de evidência voluntário de caráter ambiental nas empresas potencialmente poluidoras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), verificaram que a categoria energia foram uma das menos evidenciadas.

Ainda com relação ao IDAPL, o de menor média observou-se ser o parâmetro referente ao consumo dos materiais por parte das construtoras brasileiras, isto é, as práticas que visam à diminuição dos impactos ambientais associados à extração, fabricação e reintegração dos materiais utilizados nos canteiros de obra. Neste ponto, as empresas, em geral, divulgaram em seus relatórios procedimentos de utilização de madeiras provenientes de reflorestamento, além de apontarem processos de reciclagem dos materiais utilizados em seus canteiros de obras.

Ainda com base na Tabela 4, tendo em vista os índices de *disclosure* ambiental a partir da abordagem de número de páginas (IDAPG), os achados foram semelhantes quando comparados ao índice parametrizado pelas palavras, embora apresentem um baixo índice de divulgação detalhada para um setor de alto impacto ao meio ambiente. É importante ressaltar que esses achados podem estar direcionados pelo fato de que algumas empresas argumentam que não publicam Relatórios de Sustentabilidade ou documentos similares por entenderem que este não figura como um fator de avaliação competitiva entre as empresas do ramo de incorporação, ou justificando que entidade possui iniciativas ambientais e sociais desenvolvidas, muito embora não exponha minuciosamente tais práticas.

## 4.2 Análise de conteúdo

Nesta etapa realizou-se uma análise de conteúdo a partir da observação dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência, Relatórios da Administração e seção de sustentabilidade dos *sites* das empresas quanto ao cumprimento das diretrizes de cada parâmetro ambiental estabelecidas na Tabela 2, de maneira a traçar o nível de evidência das informações ambientais e um panorama ambiental acerca das ações realizadas pelas empresas de Construção Civil listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A Tabela 5, a seguir, demonstra o nível de cumprimento ambiental das

construtoras brasileiras.

Nível de evidenciação	Ano	Solo	Água	Energia	Materiais	Resíduos
<b>Evidenciação completa</b>	2011	0	1	2	1	0
	2012	0	0	0	1	0
	2013	1	1	2	1	0
	2014	1	1	2	4	1
	2015	0	2	2	3	1
	2016	0	1	2	2	0
	2017	2	3	4	5	1
<b>Evidenciação incompleta</b>	2011	3	4	3	4	1
	2012	3	6	6	5	3
	2013	1	4	3	4	3
	2014	3	7	5	6	4
	2015	3	5	5	4	4
	2016	3	9	7	5	3
	2017	4	9	8	5	6
<b>Sem Evidenciação</b>	2011	14	12	12	12	16
	2012	14	11	11	11	14
	2013	15	12	12	12	14
	2014	13	9	10	7	12
	2015	14	10	10	10	12
	2016	14	7	8	10	14
	2017	11	5	5	7	10

Tabela 5

Cumprimento das diretrizes ambientais por parte das construtoras (2011-2017)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Observou-se que de modo geral houve cumprimento da grande maioria das diretrizes e medidas que têm por finalidade atingir objetivos mais sustentáveis. No entanto, grande parte da amostra das empresas não conseguiu atingir sequer algum item de qualquer parâmetro estabelecido, resultados estes constatados quando visualizado o número de empresas classificadas como sem evidenciação. Estes resultados são mais consistentes com o parâmetro solo e disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes. Borba (2009) justifica que tal aspecto ainda é pouco abordado e exposto, uma vez que não há uma atuação regular quanto aos locais protegidos ou recuperados, e que as empresas sequer evidenciam em números os impactos ao solo da área em que as obras são implementadas.

Este achado está em desacordo com os resultados da análise léxica, em que verificou-se a alta incidência de palavras relacionadas aos parâmetros solo e disposição de resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes. Uma das justificativas concentra-se no fato de que algumas empresas evidenciaram um quantitativo elevado de informações a respeito das diretrizes desses parâmetros em relação às demais, proporcionando um alto IDA em relação aos demais fatores ambientais aqui pesquisados.

Verifica-se ainda que ao passar dos anos o número de organizações que não divulga informações ambientais elencadas nesta pesquisa vem caindo, enquanto que as que divulgam de maneira completa se elevou. Degenhart *et al.*, (2016) afirmam que a evidenciação de informações ambientais cresceu consideravelmente nos últimos 20 anos, e que os gestores evidenciam essas práticas ambientais, com a finalidade de delinear as impressões das partes interessadas frente à responsabilidade da entidade para com a sociedade.

Os materiais utilizados nos canteiros de obras apresentaram o maior nível de evidenciação completa, sendo o ano de 2017, o de maior número de empresas contemplando em seus relatórios todas as diretrizes do parâmetro. Em seus relatórios, estas instituições divulgaram informações, principalmente, quanto às madeiras utilizadas nas obras, sendo elas provenientes de reflorestamento, o que assegura que esse recurso natural é oriundo de áreas de manejo florestal sustentável e que não há uso de trabalho escravo na cadeia produtiva. Souza *et al.* (2015) observou que sobre os materiais, as empresas constavam em seus relatórios apenas a especificação dos materiais, porém, sem demonstrar a forma de gestão.

A eficiência energética e o aproveitamento das condições locais das organizações do setor de construção civil desempenharam o segundo melhor nível de divulgação ambiental completa nos relatórios analisados. Pletsch *et al.* (2015) chegaram a um resultado semelhante, encontrando que as empresas possuem um canal dedicado para esta finalidade, o que justifica o alto nível de evidenciação. Este achado aponta que as ações são de aproveitamento contínuo, uma vez que os futuros moradores desses empreendimentos irão se utilizar de tais dispositivos, perpetuando o pensar sustentável.

Por fim, em relação ao parâmetro água, as entidades estão de acordo principalmente com as diretrizes da eficiência no consumo das obras na fase de construção e no pós-concluído quanto na captação de recursos hídricos no próprio local, além das práticas de em seus sistemas um mecanismo de melhoramento da qualidade da água ao devolvê-la ao meio ambiente.

Os achados não foram suficientes para que as corporações do ramo de construção civil fossem consideradas inteiramente dentro dos padrões sustentáveis para a variável ambiental, em consequência da não divulgação de informações quanto às diretrizes aqui sustentadas. Souza *et al.* (2015) constatou que mesmo a construção civil apresentando-se como um setor altamente gerador de impactos ambientais, as entidades deste ramo ainda

não evidenciam de maneira consistente as informações relativas aos impactos ambientais causados pelos resíduos.

## 5 | CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a evidenciação das práticas das empresas do setor de Construção Civil listadas na B3 quanto ao gerenciamento sustentável com foco nos parâmetros ambientais através da análise quanti-qualitativa dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Relatórios da Administração publicados pelas companhias na B3, no período de 2011 a 2017, além de busca especializada nos sítios eletrônicos das empresas, como forma de observar o comportamento de um dos setores que mais contribuem para a degradação ambiental nos tempos atuais.

Por meio da análise léxica constatou-se que os índices *disclosure* ambiental para todos os parâmetros ambientais aqui elencados apresentaram-se baixos, tanto parametrizados pelo quantitativo de palavras quanto pelas páginas. A abordagem referente às informações do solo e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes foram os de maior IDA, corroborando ao fato de que estas abordagens são altamente reguladas por meio de dispositivos legais como a Resolução CONAMA nº 307/02. Em seguida, na escala dos IDA, aparecem os índices *disclosure* ambiental da água e energia, sendo a menor índice o parâmetro consumo de materiais (Resolução CONAMA n. 307, 2002).

Posteriormente, visando uma análise de conteúdo dos relatórios, os achados demonstraram que do universo de 17 empresas, nenhuma apresentou em sua totalidade ao longo dos anos analisados as informações a respeito das diretrizes ambientais das categorias: solo, água, energia, consumo de materiais e disposição dos resíduos, emissões atmosféricas e lançamento de efluentes, o que compromete a utilização de informações pelas partes interessadas. Achados semelhantes foram encontrados no estudo de Calixto (2013). No entanto, pode-se perceber ao longo do corte temporal analisado uma evolução no nível de divulgação por parte das empresas de construção civil, o que demonstra o comprometimento com o desempenho ambiental das entidades.

Em relação ao cumprimento das diretrizes ambientais energia e água, ambos apresentaram maior incidência de modo completo no ano de 2017, corroborando a visão de conscientização ambiental surgida nos últimos 20 anos (Degenhart *et al.*, 2016). Conforme Pletsch *et al.* (2015), em seu estudo, as companhias analisadas evidenciam informações por meio dos relatórios e *website*, de maneira a atender demandas de partes interessadas, possuindo canal que disponibilizava tais informações, o que contribuiu para grande evidenciação.

No entanto, o nível de cumprimento das estratégias relacionadas aos resíduos, poluentes e efluentes foi baixo, uma vez que apenas uma empresa, nos anos de 2014,

2015 e 2017, conseguiu estar de acordo com todas as estratégias relacionadas. Souza *et al.* (2015) observa que mesmo a construção civil sendo um setor altamente gerador de resíduos, as entidades ainda não evidenciam com frequência informações relativas aos impactos ambientais causados pelos resíduos.

Portanto, a análise aqui apresentada demonstra ainda a fragilidade do setor quanto à divulgação das informações acerca das ações voltadas para sustentabilidade, com foco no parâmetro ambiental. É preciso que as práticas de gestão ambiental sejam implantadas de maneira gradual, uma vez que ao pensar ambiental pode-se apresentar como um fator determinante no sucesso empresarial nos dias de hoje. Todavia, espera-se que com os resultados aqui obtidos venham a contribuir com a disseminação e a reflexão sobre a importância da divulgação das informações ambientais, bem como o cumprimento das diretrizes estabelecidas como o ideal para se alcançar uma gestão ambientalmente sustentável.

Como limitação presente nesse estudo destaca-se o quantitativo reduzido de relatórios de sustentabilidade divulgados pelas companhias parte da amostra, e como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a expansão da análise deste estudo para empresas de Construção Civil não vinculadas a Bolsa de Valores de São Paulo, como forma de verificação e comparação dos resultados aqui evidenciados. Sugere-se, também, verificar o cumprimento não só das diretrizes ambientais como também das sociais e econômicas de modo a traçar o perfil completo das construtoras quanto à sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 15.112/2004**. Resíduos sólidos da construção civil – Áreas de reciclagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação. Disponível em: <http://licenciadorambiental.com.br/wp-content/uploads/2015/01/NBR-15.112-RCC-e-Res%C3%ADduos-Volumosos.pdf>. Acesso em: 15 junho, 2017.

AGENDA 21. **Agenda 21**. Disponível em: [www.agenda21local.com.br/sustentabilidade.php](http://www.agenda21local.com.br/sustentabilidade.php). Acesso em: 25 junho, 2017.

BORBA, A. E. O. **Proposta de indicadores de sustentabilidade para a Construção Civil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola Politécnica de Pernambuco, Universidade de Pernambuco, Recife.

BOVESPA. **Empresas listadas**. Disponível em: [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm). Acesso em: 25 junho, 2017.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 99.274**, de 6 de junho de 1990. Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 6.902/81, e a Lei nº. 6.938/81. Brasília, DF, 7 junho 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d99274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm). Acesso em: 27 de junho, de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Recursos Hídricos nº 9.433**, de 8 de Janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm). Acesso em: 27 de junho, de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei do Parcelamento do Solo Urbano nº 6.766**, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm). Acesso em: 27 de junho, de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 9605/98**, de 12 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, 12 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm). Acesso em: 30 de junho, de 2017.

BRUNTLAND, Gro et al. Our common future. **The World Commission on Environment 1 and Development**, p. 45-65, 1987.

CALIXTO, Laura. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração** (São Paulo), 2013.

CONAMA. **Resolução nº 307**, de 05 de julho de 2002. Dispõe sobre Gestão dos Resíduos da Construção Civil, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>. Acesso em: 02 de julho, 2017.

DENZIM, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. São Paulo: Artmed, 2006.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Disponível em: [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org). Acesso em: 30 junho, 2017.

LIU, Z. G. et al. Empirical analysis on environmental disclosure and environmental performance level of listed steel companies. **Energy Procedia**, v. 5, p. 2211-2218, 2011.

MARINHO, A. A. et al. Resíduos da indústria da construção civil e o seu processo de reciclagem para a minimização dos impactos ambientais. Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-ALAGOAS, v. 1, n. 1, p. 73-84, 2014.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n. 16, p. 22-41, 2004.

NOVIS, L. E. M. **Estudos dos indicadores ambientais na Construção Civil– estudo de caso em 4 construtoras**. 2014. 95f. Projeto de Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Disclosure Ambiental de Empresas de Setores Potencialmente Poluidores Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 20-37, 2012.

ONU. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/secao/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 14 fevereiro, 2018.

PLETSCH, C. S. et al. Perfil da evidenciação ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3, p. 57-77, 2015.

PRIORI JR, L.; SILVA, J. J. R. O perfil das construtoras de edificações na região metropolitana do recife visando ao gerenciamento sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO-ENTAC, 13, 2010. Canela. **Anais...** Canela, 2010.

SOUZA, F. F. et al. Gestão de resíduos sólidos na construção civil: uma análise do relatório GRI de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 5, n. 4, p. 78-95, 2015.

SPADOTTO, A. et. al. Impactos ambientais causados pela construção civil. In: Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2011. Santa Catarina, 2011.

ROTH, C. G.; GARCIAS, C. M. Construção Civil e a degradação ambiental. **Desenvolvimento em questão**, v. 7, n. 13, p. 111-128, 2009.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abordagem tradicional 1, 3, 4, 6, 9

Administradores 19, 58, 59, 60, 61, 64, 69

Aprendizagem prática 73

Apuração de haveres 15, 17, 23, 24, 25, 26, 28, 34, 35, 36, 37

Associações 18

### B

Bens 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 28, 31, 33, 34, 35

Brasil 2, 9, 10, 13, 15, 19, 21, 25, 27, 31, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 48, 54, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 80, 89

### C

Conexões políticas 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71

Conhecimento 1, 3, 7, 11, 17, 19, 29, 39, 73, 74, 75, 77, 82, 83, 85, 87, 88

Construção civil 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56

Contabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 26, 27, 33, 35, 36, 55, 60, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 90

Contador 17, 18, 19, 21, 22, 35, 36, 76, 77, 82, 83, 89

Contribuições 1, 6, 7, 9, 62, 67, 73, 75, 77, 84

Cota 15, 17, 28, 32, 33, 34, 35

Cotidiano social 15, 17, 28, 35

### D

Desempenho 22, 39, 49, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Diretrizes ambientais 38, 40, 46, 51, 53, 54

Dissolução 15, 16, 17, 22, 23, 24, 27, 28, 35, 37

Doações 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

Documentos 5, 6, 16, 20, 35, 36, 44, 47, 50

### E

Econômicos 4, 6

Economistas 19

Empresa 15, 16, 17, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 48, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 69, 81

Estágio supervisionado 73, 74, 75, 79, 80, 88, 89, 90

## **F**

Fenômenos 1, 2, 3, 4, 9, 73, 80

## **G**

Gestão 10, 13, 37, 39, 41, 43, 45, 46, 49, 52, 54, 55, 56, 60, 89, 91

## **H**

História 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

## **J**

Juros 17, 25, 34, 35

## **L**

Laudo 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 35, 36

Legislação 18, 19, 21, 22, 74, 76, 80

## **M**

Multa 19, 22

## **N**

Negócios 10, 16, 19, 24, 27, 37, 70

## **P**

Perícia contábil 15, 16, 17, 18, 19, 27, 35, 36, 37

Profissionais 11, 12, 18, 19, 22, 77, 78, 80, 90

Protocolos 9

Prova 15, 17, 18, 21, 24, 28, 35, 36

## **R**

Regulamentação contábil 15, 28

Responsabilidade 19, 21, 22, 35, 52, 77

## **S**

Sociedades 15, 18, 20, 24, 25, 36, 76, 77

Sócio 15, 17, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36

Sustentabilidade 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 66, 70

## **T**

Teoria da agência 57, 59, 60, 65, 69

Teoria da dependência de recursos 57, 59, 61, 65, 70

Tribunais de Justiça 19

## V

Valor 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 61, 68, 69

# Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# Regulamentação Contábil e sua Imprescindibilidade no Cotidiano Social

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021